

SUMÁRIO

Agradecimento	13
Prefácio	15
Introdução	19

Parte I

Noções preliminares sobre a previdência complementar privada no Brasil, 27

Capítulo I

A Previdência Complementar Privada na Constituição Federal de 1988, 28

1.1. Panorama Geral da Previdência Social	28
1.2. A Previdência Complementar Privada	35
1.3. A Lei Complementar nº 109/01	42

Capítulo II

O Regime Jurídico da Previdência Complementar Privada, 45

2.1. A Relação Jurídica Contratual	63
2.1.1. O Participante – Pessoa Física	65
2.1.2. O Patrocinador – Pessoa Jurídica	68
2.1.3. A Entidade de Previdência Complementar	70
2.2. Planos de Benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar	76
2.3. Planos de Benefícios das Entidades Abertas de Previdência Complementar	80
2.4. Outras Modalidades de Investimento em Previdência Complementar – VGBL e FAPI	82

Parte II

O Pagamento de Benefícios e Resgates em Planos de Benefícios por Entidades de Previdência Complementar Privada como Fato Jurídico Tributável pelo Imposto de Renda, 89

Capítulo III

Perfil Constitucional do Imposto de Renda, 90

3.1. Competência Tributária da União	96
3.2. Noção Constitucional da Renda	100
3.3. Princípios Constitucionais Tributários Aplicáveis ao Imposto de Renda	103
3.3.1. A Importância do Princípio da Capacidade Contributiva	108
3.3.2. A Limitação Imposta pelo Princípio da Vedação ao Confisco	113
3.4. A Renda Passível de Tributação pelo Imposto de Renda	118

Capítulo IV

A Hipótese de Incidência do Imposto de Renda e a Formação de sua Regra-Matriz, 124

4.1. O Antecedente da Norma Tributária	131
4.1.1. Critério Material – Renda e Proventos de Qualquer Natureza	132
4.1.2. Critério Espacial	136
4.1.3. Critério Temporal	139
4.2. O Conseqüente da Norma Tributária	146
4.2.1. Critério Pessoal	147
4.2.2. Critério Quantitativo	151
4.3. Síntese da Regra-Matriz do Imposto de Renda	155

Capítulo V

A Tributação dos Planos de Benefícios de Previdência Complementar Privada pelo Imposto de Renda, 157

5.1. Regime de Diferimento do Ônus Financeiro	157
5.1.1. Dedutibilidade das Contribuições na Apuração do Imposto de Renda	163
5.1.1.1. Pessoa Física	163
5.1.1.2. Pessoa Jurídica	172
5.1.2. Isenção do Imposto de Renda Durante a Fase de Acumulação	179
5.1.3. Incidência do Imposto de Renda sobre Resgates e Benefícios	191
5.1.3.1. Regime Progressivo de Tributação	199
5.1.3.2. Regime Regressivo de Tributação	202
5.1.3.3. Situações de Isenção	212
5.1.3.3.1. Resgate de Contribuições efetuadas pela Pessoa Física entre 1989 e 1995, para Desligamento do Plano	212
5.1.3.3.2. Beneficiários Portadores de Moléstias Graves e Portadores de Deficiência Mental	220
5.1.3.3.3. Beneficiários Maiores de 65 Anos .	223
5.1.3.3.4. Pecúlio	226
5.1.3.3.5. Auxílio-doença e Outros	228

Capítulo VI

A Adequação da Tributação dos Planos de Previdência Complementar pelo Imposto de Renda ao Perfil Constitucional do Tributo, 230

6.1. Possibilidade de Tributação de Parcela do Patrimônio	230
--	-----

6.1.1. O Princípio da Capacidade Contributiva e o Regime Regressivo de Tributação	233
6.1.2. O Princípio da Vedação ao Confisco e o Regime Regressivo de Tributação	236

Capítulo VII

A Adequação da Tributação dos Planos de Previdência Complementar pelo Imposto de Renda à Regra-Matriz do Tributo, 238

7.1. A Possibilidade de Tributação do Próprio Capital Investido – Critérios Material e Quantitativo (Base de Cálculo)	238
---	-----

Capítulo VIII

Dedutibilidade e Incidência do Imposto de Renda sobre FAPI e VGBL, 242

8.1. FAPI – Fundo de Investimento com Tributação de Plano de Previdência Complementar	242
8.2. VGBL – Uma Tributação Diferenciada	247

Parte III

Demais Incidências Tributárias sobre os Investimentos em Previdência Complementar – CPMF e IOF, 255

Capítulo IX

O Perfil Constitucional da CPMF, sua Hipótese de Incidência e as Implicações para os Investimentos em Previdência Complementar, 257

9.1. Competência Tributária da União e a Materialidade Constitucionalmente Possível para a CPMF	260
--	-----

9.2. Lei nº 9.311/96 – Movimentação Financeira Tributada pela CPMF no Âmbito da Previdência Complementar	266
9.2.1. Cobrança da CPMF sobre Contribuições de Participantes e Patrocinadores	266
9.2.2. A Isenção prevista na Lei Complementar nº 109 de 2001	273
9.2.3. A Não Tributação da Portabilidade e das demais Formas de Transferência de Reservas dos Planos de Previdência Complementar	276

Capítulo X

O Perfil Constitucional do IOF, sua Hipótese de Incidência e Implicações para os Investimentos em Previdência Complementar, 281

10.1. Competência Tributária da União	281
10.2. As quatro operações que compõem a materialidade do IOF – Crédito, Câmbio, Seguros e Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – Breves Considerações	285
10.2.1. Não incidência do IOF sobre contribuições aos planos de previdência complementar	290
10.3. Incidência do IOF sobre os investimentos em FAPI	291
10.4. Incidência do IOF sobre os investimentos em VGBL	293
Referências bibliográficas	295